

Vivaleitura: um chamado à ação em prol da leitura no Brasil

*Tania M. K. Rösing**

Resumo

Muito se tem falado, no Brasil, a respeito da necessidade de as questões de leitura serem tratadas como política pública e de governo. A construção do Plano Nacional do Livro e Leitura, sob a coordenação de Galeno Amorim, designado para essa missão pelo Ministério da Cultura, em 2004, constituiu-se num processo bastante democrático que precisa ser implementado como projeto de governo. Diferentes etapas devem ser cumpridas nessa implementação a partir de quatro grandes eixos: 1) Democratização do acesso; 2) Fomento à leitura e à formação; 3) Valorização do livro e da leitura; 4) Apoio à criação e à produção. A abrangência de cada um desses eixos demonstra a amplitude do trabalho a ser feito e a intensidade da vontade política do governo em sua viabilização. Vivaleitura 2005 – Ano Ibero-Americano da Leitura – é um convite à reflexão e ao desenvolvimento de ações mais definitivas para a concretização desse grande esforço em prol da leitura no Brasil.

Palavras-chave: leitura, Vivaleitura, Brasil leitor, leitura no Brasil.

Decisão de cúpula ratificada pela sociedade civil

Decisão tomada pela Cúpula dos Chefes de Estado dos países ibero-americanos, o ano de 2005, no Brasil, será dedicado a ações efetivas de leitura que irão celebrar o Ano Ibero-Americano da Leitura. De uma forma sintética, mas não com significado menor, Vivaleitura é a expressão que confere legitimidade a todas as iniciativas que já existem e que se caracterizam por sua continuidade ou que se realizam, de forma especial no corrente ano, em prol da formação de leitores, propiciando o acesso a materiais de leitura a professores, alunos, população em geral.

Teóricos têm se preocupado com questões de compreensão do texto, as quais embasam programas, projetos, planos de leitura essas questões, como é o caso de Smith (1999):

* Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras– Mestrado – da Universidade de Passo Fundo.

Como a compreensão é um estado de incerteza zero, há, no final, somente uma pessoa que pode dizer se um indivíduo compreende algo ou não e essa pessoa é o próprio indivíduo. Um teste não pode dizer-me que realmente entendi um livro ou uma conversa se o meu sentimento disser que não....Esta é a afirmação que muitos professores acham tão difícil de aceitar – que a melhor maneira de determinar se uma criança pode entender o sentido de um livro ou de uma lição de seu próprio ponto de vista não é apresentar-lhe um teste, mas simplesmente perguntar “Você entendeu?” (Uma criança que dissimular não estará fazendo da leitura uma atividade significativa de forma alguma (p. 79)

O esforço de mobilização da sociedade brasileira está sendo desencadeado pela comissão coordenada por Galeno Amorim, responsável pela organização e pela implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura com apoio especial dos ministérios da Cultura, da Educação, articulados com os ministérios do Planejamento, da Fazenda e com apoio especial da Presidência da República. O objetivo é estimular a continuidade das ações de leitura já existentes e propiciar as condições para que iniciativas novas possam, por decisão da sociedade civil, ter continuidade após as comemorações do Ano Ibero-Americano da Leitura.

É importante salientar que a constatação da existência de um grande número de analfabetos funcionais no Brasil, de um número significativo de analfabetos culturais no Brasil, não permite imputar-se culpa exclusiva a dirigentes governamentais que se com-

prometeram com o desenvolvimento da educação e da cultura em nosso país, em distintas gestões governamentais e não o fizeram. Investimentos significativos em cultura e educação não garantem voto suficiente para uma eleição nem para uma reeleição. Outras iniciativas garantem mais votos aos candidatos de plantão a diferentes segmentos da gestão pública: asfaltamento de ruas, aquisição de tratores, de máquinas para criar estradas no interior dos municípios e, por extensão, em propriedades particulares...

Quem decide, no entanto, o que quer para o povo deve ser a própria sociedade. A decisão de ampliar as condições de capacitação dos jovens não é apenas responsabilidade de autoridades educacionais e culturais, mas, especialmente, da sociedade civil que reconhece a leitura como fator de desenvolvimento individual e social, com reflexos imensuráveis no aprimoramento da sociedade como um todo e da economia do país. A discussão deve ampliar-se no sentido do surgimento de um novo leitor, que encontra prazer na leitura de materiais apresentados em outros suportes, transferindo, posteriormente, esse prazer para o livro, numa posição considerada até certo ponto transgressora por editores e livreiros. Enquanto negócio e ferramenta de aperfeiçoamento individual e profissional, o livro é rentável e qualifica o cidadão. Enquanto preferência de leitura pelos jovens em formação, o livro assume importância similar ou é considerado, inclusive, menos atraente se comparado a outros materiais de

leitura apresentados em diferentes suportes. Essa constatação não pode ser deixada de lado. Há leituras feitas pelos jovens sem o aval da escola, dos professores; mesmo assim, não deixam de ser leitura, defende Mafra:

A tensão constante entre textos literários e adolescentes tem se constituído de silêncios. Textos jazem em seus períodos literários, adolescentes rebelam ou se abatem perante a possibilidade de interação com os textos, leitores “menores” que se vêem. A escola, cena e pretendida mediação deste embate, apenas assiste a tudo, distante de novos pensares, reproduzindo modelos historicizantes e beletristas que se sucedem como páginas viradas (p.10)

O acesso a materiais de leitura não basta. O desenvolvimento de ricas campanhas publicitárias chamando a atenção sobre o livro, sobre a importância da leitura é insuficiente. Empresários do ramo que não se deslocam para o interior do Brasil, que não circulam em cidades de pequeno porte por diferentes estados e regiões brasileiras, estão impossibilitados de opinar, com real conhecimento de causa, como as atividades de leitura são desenvolvidas no contexto das escolas, das associações de bairro, em bibliotecas públicas. Tocar os livros com as mãos, carregá-los embaixo do braço, folheá-los de trás para frente não forma leitores. A leitura superficial do seu conteúdo não forma leitores. A retirada de materiais de leitura de bibliotecas(?) escolares, de associações de bairro, de organizações não governamentais não garante que o mesmo tenha sido lido pelos usuários desses espaços. O

mesmo pode-se dizer de livros famosos cuja venda atinge milhares de exemplares, mas cuja leitura, cujo número de leitores não corresponde ao número de obras vendida. A realidade dos estados do Rio Janeiro e São Paulo não corresponde à realidade dos demais estados brasileiros.

Torna-se imprescindível e urgente a formação contínua de mediadores de leitura, capazes de, por intermédio de uma refinada competência de seleção dos objetos de leitura, próximos de seus alunos, demonstrarem aos leitores em formação como se encontram as pistas no texto que facilitam o desencadeamento do processo de construção do sentido desse mesmo texto, considerando, ainda, referências pessoais e contextuais do autor e do leitor. Lacunas existentes em textos produzidos para a recepção de leitores inteligentes precisam ser preenchidas pelo leitor, observando seus próprios referenciais, transformando o processo de recepção do texto, de construção do significado do texto em atividade de formação do leitor propriamente dito. Não se pode deixar de entender o texto em seu sentido amplo, como unidade de sentido apresentada em outros suportes, mesclando diferentes linguagens.

Vivaleitura constitui-se num alerta e num chamado à ação. É um plano que conclama a reunião de esforços na mesma direção: promover a leitura do livro e de diferentes materiais de leitura. Vivaleitura é o chamado à consciência de toda a sociedade sobre a imperiosa necessidade de compartilhar projetos de leitura, compartilhar resultados de

pesquisas, compartilhar novas iniciativas com previsão de aproveitamento mais amplo e mais profundo das ações desencadeadas. O Vivaleitura é, assim, uma grande mobilização nacional para que 2005 seja marco para o início de um gigantesco esforço de todos para que o Brasil implemente uma Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas com a dimensão demandada pelo país. E dê, dessa forma, o grande salto necessário para construir uma Nação de Cidadãos Leitores.

Nesse sentido, não é diferente de tantos outros programas como a primeira fase do Proler, liderado por Eliana Yunes e Francisco Gregório Filho, quando foi criada a Casa da Leitura no bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro, interrompida por interferências ideológicas e pelo desejo de autoridades governamentais da época na manutenção da reserva de debates sobre a leitura, num país plural como o Brasil e de dimensões continentais, a determinados grupos da sociedade civil. Não é diferente, em sua essência, do Programa Salas de Leitura criado nos anos 80 pela Fundação de Assistência ao Educando – FAE/MEC, quando foram desenvolvidos cursos para professores e bibliotecários que tinham a incumbência de criar nas escolas ambientes informais de leitura, facilitando acesso ao livro. O acervo era doado pelo Ministério da Educação. Esse programa finalizou quando pararam os cursos de formação dos professores e o acompanhamento das atividades desenvolvidas nas salas de leitura por equipes de professores liga-

das a universidades credenciadas pelo próprio Ministério da Educação.

O importante do Vivaleitura reside na sensibilidade do comitê organizador, liderado por Galeno Amorim, em articular os diferentes segmentos da cadeia produtiva do livro, com apoio efetivo do governo federal, com benefícios concretos já trazidos para os editores inicialmente, através da diminuição da carga tributária sobre o livro e que, num momento posterior, atingirá os leitores por intermédio da diminuição do preço de capa. (Esse resultado é o mínimo que se deseja).

Vivaleitura e suas finalidades

No documento-síntese das idéias do Vivaleitura, que tem sido apresentado por Galeno Amorim em diferentes oportunidades pelo Brasil afora, duas finalidades são explicitadas:

- a) a primeira, consiste em dar visibilidade a tudo que se faz. Consta-se um sem número de ações de leitura desenvolvidas em diferentes regiões do país. O seu desconhecimento, a sua fragmentação transforma cada uma dessas ações num ato isolado, embora criativo, considerando-se que não estão ligadas em nenhum ponto com as demais espalhadas pelo país;
- b) a segunda, constitui-se num estímulo à realização de mais atividades de leitura. Se já se faz muito, é preciso duplicar, triplicar, quaduplicar as ações de leitura, seja ampliando as já em andamento, seja estimulando

do a criação de novas que possam oportunizar a um maior número de pessoas o acesso ao livro e a outros materiais de leitura.

No momento inicial da implementação do Plano Nacional do Livro e da Leitura, é válido deixar as ações continuarem a acontecer cada uma segundo seu próprio ritmo, segundo as peculiaridades do grupo que as efetiva, de acordo com as características regionais. Porque outro lado, há problemas que já foram constatados como a necessidade de desenvolver ações de leitura entre professores, agentes culturais, bibliotecários: estes sujeitos precisam, em primeiro lugar, transformar - se em leitores e, em segundo, passar por um processo de formação contínua que os capacite a realizar com maior competência a mediação de leitura tão necessária no processo de formação de leitores.

Medidas como essa – processo de formação contínua de professores, bibliotecários, agentes culturais para que se transformem em leitores – precisam ser acompanhadas pelas coordenadorias regionais de educação, pelas secretarias municipais de Educação e Cultura, a fim de observarem os resultados dessa formação no trabalho docente, nas ações desencadeadas em bibliotecas escolares e, principalmente, na reação dos alunos frente aos materiais de leitura.

Campanhas publicitárias desenvolvidas em meios televisivos, radiofônicos com o objetivo de despertar consciências sobre a importância da leitura, do livro, do envolvimento com diferentes linguagens e o entendimento das mesmas não alcançam os resultados necessários. É

preciso estar perto desse público que terá o dever de intermediar a leitura de textos, de bons textos seja no âmbito da escola, da biblioteca, seja no contexto de associações de bairro, de sindicatos, de centros culturais, de igrejas... É preciso colocar a mão na massa. É preciso organizar processos contínuos, modulares, de formação de leitores, observando-se a realidade plural das diferentes regiões brasileiras, preparando os profissionais encarregados do desencadeamento de ações de leitura.

As campanhas publicitárias televisivas só funcionam quando o telespectador já manipula o objeto da campanha, no caso, o livro. Dessa forma, o chamamento para a importância da leitura desperta o interesse de quem está diante da televisão, diante do rádio. O uso de depoimento de atletas famosos, de artistas de teatro, de novelas de televisão, a transcrição de alguma frase de escritor reconhecido não vale por si mesmo: são necessárias outras relações para que atinjam esse telespectador, esse radiouvinte.

Para que isso aconteça, não é suficiente apenas a vontade da coordenação do Plano Nacional do Livro e da Leitura: verbas vultosas são necessárias para mobilizar, entre tantos agentes, os professores, os bibliotecários ou mesmo os responsáveis pelo funcionamento do espaço da biblioteca que estão nas escolas públicas com a responsabilidade de mediar ações de leitura. É preciso ressignificar esses espaços. A decisão é do governo federal no sentido de determinar, politicamente, a destinação dessas verbas para fina-

lidade tão importante. É uma situação estratégica para o aprimoramento dos indivíduos e da sociedade.

Para Dionísio (2000), pesquisadora portuguesa atuante na Universidade do Minho, consciente da situação de alunos e professores de Portugal, também comprovada por pesquisas internacionais (Pisa 2000 – 27º lugar), em relação ao desempenho de leitura dos alunos o ato de ler no contexto escolar português apresenta um quadro específico que não pode ser desconsiderado pelas autoridades governamentais nem pela sociedade civil:

A importância da escola na produção de leitores, também para além da escola, pode estabelecer-se no quadro de um entendimento da leitura como prática social que não se deve iludir por detrás do facto de ser um objecto de ensino. De facto, as práticas de leitura que têm lugar na escola (seja no âmbito de uma situação de ensino e aprendizagem explícita, seja como meio de aceder a determinados saberes) são sempre práticas discursivas que, como quaisquer outras realizadas neste contexto, são igualmente marcadas pela sua natureza institucional: isto é, também nas práticas de leitura realizadas em contexto escolar se geram e mantêm papéis discursivos e sociais e se determinam as acções legítimas naquele contexto – aquilo que é possível dizer e fazer, aquilo que não possível dizer nem fazer [...].

Na medida em que alunos e professores constroem, assim, modelos particulares de leitura e entendimentos do que está envolvido na sua aprendizagem, nomeadamente a função social da leitura, a escola pode e deve ser olhada em termos dos contextos de leitura em que introduz os alunos, dos sentidos em que os familiariza, quais ignora, que estilos estimula, que valores, hábitos e atitudes promove. p. 40-41) 2

Os alunos lêem em descompasso

com os professores: as preferências dos primeiros não são recomendadas pela escola, mesmo porque os professores não estão ligados no universo extra-escolar dominado pelos adolescentes.

Os problemas de leitura não são específicos dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, mas são resultantes de vários fatores que atingem as pessoas em geral: a globalização manifesta, entre tantas outras influências, o estímulo ao envolvimento com a imagem veiculada nos recursos publicitários, na televisão, na internet, em novas histórias em quadrinhos diferentes das apresentadas pela Turma da Mônica, de Maurício de Souza. Animes, por exemplo, produto multimidiático de produção japonesa, mescla manifestações culturais, determinando um alerta aos leitores sobre a identidade da cultura de seu país, de sua região, com as manifestações emergentes desse processo globalizante, realidade que, para crianças e adolescentes, não constitui nenhum problema. Esclarecimentos importantes são dados por Mafra (2003):

No Japão, usa-se a palavra animeeshon como uma adaptação do inglês animation; daí a forma abreviada anime, que significa “animação japonesa”, hoje um produto multimidiático que engloba hoje tanto os desenhos animados propriamente ditos quanto os quadrinhos, sites na internet, dentre tantas opções passíveis de comercialização. O manga – desenhos com traços e motivos orientais – é a base, a origem dos animes enquanto somente desenho. Ultimamente as oficinas de mangas têm se popularizado no Brasil. Crianças com cabelos

espetados, com olhos imensos e nariz mínimo e monstros aterradores e polivalentes são algumas das características deste tipo de desenho (p. 84-85).

O surgimento da internet, reforçando a interatividade, ao mesmo tempo em que propõe uma participação efetiva dos sujeitos, permite que se envolvam com assuntos fúteis, apresentados superficialmente, atraindo a atenção, o interesse do usuário/espectador pela multiplicidade de linguagens completamente distintas da natureza do texto impresso. A participação especialmente de jovens em *orkut* – *comunidades virtuais de amigos que dialogam sobre assuntos variados* – e, no contexto do mesmo, em diferentes grupos surgidos por interesse como “Disponíveis no mercado”, “Adoro borboleta”, “Sou viciado em coca cola”, “Odeio acordar cedo”, certamente, não formam leitores literários num primeiro momento, mas podem, de alguma forma, chamar a atenção desse leitor em formação para determinado livro em função de um tema discutido na comunidade virtual.

Recursos tecnológicos, campanhas televisivas não garantem a formação de leitores, muito menos a de mediadores de ações de leitura. Essa formação passa, em primeiro lugar, pela vontade de cada leitor em formação, de cada mediador em formação, decidir querer participar, decidir querer aprender, decidir aprender para difundir esse conhecimento construído, decidir aprender para ganhar autonomia na leitura, na mediação da leitura entre outros leitores, na condução de sua vida pessoal, profissional, em sociedade.

Estratégias e linhas de ação

O documento-síntese do Vivaleitura anuncia quatro eixos estratégicos que agregam as diversas linhas de ação. Cada uma delas é constituída por distintos projetos, programas executados por governos, empresas, escolas, universidades, Organizações não Governamentais.

Eixo 1 – Democratização do acesso

A mobilização nacional por uma política pública do livro, da leitura e de bibliotecas aconteceu por intermédio da realização de encontros preparatórios para o Fórum Nacional de Leitura em cidades-pólo das mais diferentes regiões e de um sem-número de estados brasileiros. Objetivaram levantar ações de leitura em andamento, problemas pontuais referentes ao acesso a materiais de leitura, resultados de pesquisas já concluídas e em desenvolvimento para delinear o estado atual da questão da leitura no país. Tudo isso para organizar melhor, a partir do já feito, sem tentar “reinventar a roda”, valorizando o esforço de muitos grupos existentes em todo o país, novas ações mais integradas, sistematizadas, efetivas, apontando a possibilidade de serem alcançados resultados mais positivos relativamente ao desempenho de alunos e de professores frente ao ato de ler em todas as suas implicações.

Muitos desses resultados emergiram das reuniões realizadas em 2004, na cidade de Ribeirão Preto/SP, com representantes da sociedade civil, do

Proler Nacional, do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e da pretendida instalação da Rede Brasileira de Pesquisadores, o que implica reunir pesquisadores na área de leitura pertencentes a programas de pós-graduação de universidades brasileiras nas áreas de letras, educação, arquitetura, artes e comunicação, entre tantas outras. Visualiza-se nesse mosaico uma grande complexidade. Aparentemente, os proponentes não consideram a grandeza territorial do país e a diversidade cultural que o caracteriza, configurando uma grande dificuldade: organizar ações consistentes, periódicas, permanentes para atingir um determinado fim; ampliar o acesso a materiais de leitura, o número de leitores competentes e a democratização dos materiais e das ações de leitura a todos os segmentos da sociedade; ampliar, inclusive, materiais de leitura na escola, apresentados em suportes distintos do livro.

Não surgem no país, seja no âmbito do governo federal, seja no contexto dos diferentes estados e até dos municípios, notícias da continuidade de ações de leitura que resultem da adoção de comportamentos de leitura. Projetos isolados são desenvolvidos, não havendo a noção de que diferentes projetos com objetivos afins devem constituir um programa com características de permanência. Mudanças de pessoal sofridas pelas diferentes eleições por que passa o país não podem criar obstáculos à continuidade dos programas, permitindo uma avaliação dos resultados que gere mudanças nos rumos em determinado programa, sem que haja

a eliminação do mesmo quando ocorre troca de pessoal na coordenação desse conjunto de ações e na liderança das ações propriamente ditas.

As Jornadas Literárias promovidas pela Universidade de Passo Fundo há 24 anos, com apoio da Prefeitura Municipal, consideradas patrimônio histórico e cultural do Rio Grande de Sul, através de projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa em 31 de maio de 2005, foram criadas em 1981 e têm sido realizadas bienalmente, até aqui com muito entusiasmo. Seu formato está sendo reproduzido, parcialmente, por diferentes tipos de instituição, numa prova do reconhecimento nacional por seus resultados, por seus desdobramentos. Sua décima primeira edição acontecerá de 22 a 26 de agosto do corrente ano, com programação ampliada, com público mais numeroso desde a pré-jornada – organização de grupos de leitura e de estudos das obras dos autores convidados, atingindo quatro estados brasileiros oficialmente e outros estados através de grupos isolados -, com resultados concretos que transformam o evento numa movimentação cultural permanente. É uma exceção que tem similaridade com as ações do (Cole) Congresso de Leitura do Brasil promovido pela Associação Brasileira de Leitura, dirigida por professores e pesquisadores ligados, especialmente, à Unicamp/Campinas/SP, também com mais de vinte anos de existência e de contribuição efetiva para o avanço das questões da leitura no Brasil.

Desde seu início, as Jornadas objetivavam formar leitores que possam priori-

zar o texto literário, ao mesmo tempo em que se transformem em entendedores não apenas dos textos apresentados em diferentes suportes, mas também das peculiaridades das linguagens de distintas manifestações culturais. Enquanto as feiras, os salões do livro, as bienais do livro objetivam mostrar materiais de leitura para serem adquiridos pelo público em geral, atividade específica de editores e livreiros, as Jornadas Literárias de Passo Fundo apresentam outra característica. A comissão organizadora, constituída por professores, pesquisadores da Universidade de Passo Fundo, com apoio de um grupo de escritores brasileiros cujas obras são reconhecidas por seu valor literário, e, a partir de 1991, com a participação de profissionais das áreas da educação e da cultura pertencentes à Prefeitura Municipal, preocupam-se com o processo de formação de leitores capazes de serem atraídos pelos livros, pelos materiais de leitura apresentados em linguagens diferenciadas, em suportes os mais diversos, desenvolvendo uma competência de leitura eficiente e duradoura.

A exemplo de outras ações de leitura governamentais, o Plano Nacional da Leitura, observando a carência de bibliotecas no país, objetiva implantar um número significativo de bibliotecas públicas. Há que se considerar nessa ação a necessidade de adquirir acervo multimídia, não apenas acervo constituído de livros a ser colocado nesses espaços. As novas bibliotecas devem respeitar o perfil do novo leitor, das crianças e dos jovens que têm sido iniciados na leitura através do contato

com imagens, utilizando a tela da televisão e a tela do computador, seja no contexto de famílias economicamente desprivilegiadas, seja entre as camadas mais abastadas da sociedade.

Paralelamente a essa ação, pretende-se fortalecer os diferentes sistemas estaduais de bibliotecas que passam a constituir uma grande rede. E, ainda, estimular a criação de novos espaços de leitura, sejam eles em empresas, em clubes, em associações de bairro, ou mesmo promover a circulação de materiais de leitura em canteiros de obras, aliada à atividade de contação de histórias de diferentes naturezas, com a participação de artistas, de pessoas idosas da comunidade, entre tantos outros grupos. Criar formas de itinerância de materiais de leitura empregando, também, a televisão e a internet.

A constatação de que ainda não temos uma cultura de leitura justifica o fato de que não faz parte dos nossos costumes presentear livros, pedir emprestado livros em bibliotecas e, principalmente, devolvê-los após a leitura concluída, no prazo determinado pelo regulamento de empréstimo dessa instituição. Torna-se imprescindível conscientizar pessoas em geral, empresários da indústria e do comércio acerca da necessidade de disponibilizarem materiais de leitura a seus funcionários, a seus assessores, estimulando-os a atualizarem seus conhecimentos também por intermédio da leitura. Temas como perfil do consumidor atual, mercado, crise econômica, problemas sazonais e consumo são pertinentes.

O desenvolvimento de comportamentos de leitura implica a ocorrência de atitudes que fortaleçam a aquisição

de materiais de leitura e a disponibilização dos mesmos aos diferentes segmentos da sociedade. Campanhas de assistência social são muito importantes num país de desempregados, mas não podem deixar de lado o alimento ao intelecto e a preocupação com o aprimoramento da sensibilidade dessas mesmas pessoas: livros devem ser distribuídos também gratuitamente, constituindo oportunidade de desenvolvimento da estrutura interna dos seres humanos em geral.

Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação

É importante lembrar que o estabelecimento de uma cultura de leitura no país implica não apenas a aquisição de materiais novos de leitura, mas, especialmente, o desencadeamento de um processo de formação de professores, de bibliotecários, de pessoas designadas por autoridades competentes para atuarem em bibliotecas, em centros multimídiais de leitura. Em não sendo leitores em sua grande maioria, não têm condições de mediar a leitura nem de formar leitores enquanto não assumem comportamento leitor. Há que se destacar também o imprescindível domínio da tecnologia, uma vez que as bibliotecas estão interligadas, havendo necessidade de esses profissionais serem usuários íntimos de ferramentas capazes de viabilizar, em tempo muito rápido, o acesso a materiais de leitura em meio eletrônico, a fim de se aproximarem dos adolescentes, excelentes navegadores nesse meio.

Assumem inestimável importância a criação e a implementação de projetos de leitura diferenciados, sustentados por pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação oferecidos por instituições de ensino superior. Há um número significativo de profissionais que pensam a leitura como um processo apenas intuitivo. Essa perspectiva deve ser abandonada. Leitura pressupõe formação. Leitura pressupõe acionar conhecimentos prévios. Leitura pressupõe contextualização. Torna-se inaceitável o descomprometimento dos programas de pós-graduação, nível de mestrado e doutorado, especialmente com ações de leitura que gerem novos conhecimentos sobre o processo de formação do leitor. Questões de leitura não podem ser consideradas menores para serem objeto de estudos investigativos.

O Brasil precisa implantar uma política de leitura que possa alfabetizar milhões de pessoas. Desenhar assinatura, decifrar letras, vocábulos, não basta para que se formem cidadãos leitores e críticos. É imprescindível que o processo de leitura aconteça de forma plena, viabilizando ao leitor construir significados em sua relação com textos de diferentes naturezas, apresentados em distintos suportes, constituídos de linguagens peculiares a variadas manifestações culturais. É importante que o leitor se aproprie de conteúdos emergentes dessa construção, a fim de que possa estruturar-se cognitivamente, psíquica e afetivamente.

Programas, projetos de leitura precisam ser divulgados em rede. Acertos devem ser reproduzidos. Equívocos

devem ser evitados. Não há tempo para experimentar, experimentar, experimentar infinitamente sem aproveitar o já feito, o já desenvolvido.

Outra preocupação do Plano Nacional de Leitura diz respeito à criação de sistemas de informação para universalizar o acesso de pessoas oriundas qualquer nível social e econômico às mesmas. As inovações tecnológicas devem estar a serviço dessa política de leitura e o processo de transformação das informações em conhecimento constitui o primeiro passo para o exercício de reflexões mais profundas, de debates mais proveitosos.

Numa realidade sem cultura de leitura, estímulos os mais diversos devem ser realizados para comprometer as pessoas, numa etapa inicial, a desenvolver ações de leitura. Já existem prêmios que valorizam autores cujas obras literárias são de inestimável qualidade, reconhecidas, portanto, pela crítica abalizada e pelos leitores experientes. São exemplos importantes o Prêmio Camões (100 mil euros), Fundação Conrad Wessel (100 mil reais pelo conjunto da obra de um autor), Prêmio Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras (R\$75mil para romancista, R\$36 mil para poeta, tradutor e infantil; o Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura, já em sua quarta edição, promovido pela Universidade de Passo Fundo e pela Prefeitura Municipal, com patrocínio do Grupo Zaffari & Bourbon, oferece 100 mil reais ao melhor romance publicado em língua portuguesa, existindo desde 1999, e está ligado às Jornadas

Literárias de Passo Fundo, criadas em 1981; Prêmio Jabuti, Prêmio Portugal Telecom (destinado apenas à literatura brasileira); Prêmio Ibero-Americano de Literatura Infantil e Juvenil, criado em 2005 pelo Grupo SM, com filial brasileira em São Paulo e matriz na Espanha (US\$ 30mil ao vencedor dentre os países ibero-americanos)

Outros prêmios/concursos se destinam a jovens escritores ou a escritores iniciantes, a fim de possam divulgar suas criações até então desconhecidas de qualquer leitor ou mesmo da crítica. Em parceria com o Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, a Universidade de Passo Fundo e a Prefeitura Municipal realizam o Concurso Nacional de Contos Josué Guimarães, já em sua nona edição.

Uma das dificuldades encontradas na realização desses prêmios é conseguir divulgá-los em todo o território brasileiro. Os grandes jornais, potentes emissoras de televisão, de rádio estão distantes desse propósito, dando preferência aos acontecimentos do eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte- Salvador-Recife-Brasília.

A proposta de organizar um calendário nacional com o registro de eventos importantes e de movimentações culturais significativas é pertinente desde que divulgado de diferentes formas em todo o território brasileiro. O importante é conscientizar os responsáveis pela realização desses eventos e de atividades que constituem partes de grandes programas de leitura, de movimentação cultural em ação há muitos anos da necessidade de alimentar esse calendário

com as informações necessárias.

Não se pode contar apenas com verbas governamentais para a realização dessas ações: o desenvolvimento de parcerias com empresas privadas torna-se necessário, aproveitando as Leis de Incentivo à Cultura federal, estadual, ou mesmo recorrendo à Lei de Responsabilidade Social que tem sido exigida das empresas de grande e médio porte.

O que se constata no uso das Leis de Incentivo à Cultura é que as empresas, via de regra, somente estão interessadas na possibilidade de receber as benesses da renúncia fiscal por parte do governo. A criação de iniciativas de apoio a projetos e programas de leitura no âmbito da empresa ou fora dela é atitude sensata que pode mudar o quadro social brasileiro.

Eixo 3 – Valorização do livro e da leitura

Outro objetivo importante do Plano Nacional do Livro e Leitura é desenvolver ações que possam converter a valorização do livro e da leitura em política pública e de estado. Essa tarefa não é difícil: depende de vontade dos governantes, que prevêm o risco da implantação dessa política. Corre-se o risco do aprimoramento da formação de, crianças, jovens, adultos e idosos. Corre-se o risco de se desenvolver o senso crítico da esmagadora maioria dos eleitores brasileiros. Corre-se o risco de diminuir o número de desempregados no país. Corre-se o risco de diminuir a violência urbana, nas estradas. Corre-se o risco de diminuir a corrupção no

país. Corre-se o risco de o povo exigir a aplicação dos impostos pagos em bens comuns, públicos, como a instalação de bibliotecas com livros palpáveis, de centros multimídiais com múltiplos acervos em seu interior. Corre-se o risco de serem criadas condições para que o país se desenvolva verdadeiramente.

A conscientização das lideranças da iniciativa privada acerca da urgente mudança no quadro de qualificação de crianças, jovens e adultos brasileiros impõe-se e está diretamente relacionada ao processo de desenvolvimento de um país leitor, de um país comprometido com o seu próprio desenvolvimento e com a transformação da América Latina num grande bloco para enfrentar o grupo das consideradas superpotências, manipuladoras da economia mundial, que tentam, além de todos os prejuízos, impor suas culturas nos países em desenvolvimento, objetivando aniquilar a identidade destes últimos. Há que se criar forças de resistência sendo que a formação de leitores críticos, com vontade para transformar seu entorno, constituir-se-á em arma poderosa a ser utilizada em todo o território brasileiro no enfrentamento de forças devastadoras internacionais.

Eixo 4 – Apoio à criação e à produção

Todo o esforço pela implantação de uma política de leitura pública e de estado pressupõe um apoio à cadeia produtiva do livro – editores, distribuidores, livreiros, gráficos. Deve-se destacar, ainda, os principais atores, responsáveis pela animação dessa cadeia – autores e leitores.

Uma reunião relâmpago no Palácio do Planalto, no mês de novembro de 2004, reuniu o presidente Luís Inácio Lula da Silva, os ministros da Fazenda, da Educação e da Cultura com representantes da cadeia produtiva do livro. Nessa ocasião, foi tomada uma medida de governo extremamente importante para a indústria do livro: a desoneração dos impostos PIS e Cofins para o livro, medida o que se refletirá, sobremaneira, na queda do preço de capa. Segundo o presidente da Câmara Brasileira do Livro, Osvaldo Siciliano, “o mercado do livro deverá crescer de 26 milhões para 50 milhões de leitores, determinando, inclusive, aumento na tiragem das obras de para 5mil ou 10mil exemplares por título e não mais 3 mil como acontece atualmente.”

Decisões de governo, se bem implementadas, resultarão na diminuição do preço do livro e no conseqüente aumento de vendas, ampliando, de forma significativa, o retorno de direitos autorais. Todos os atores, portanto, sairão beneficiados, especialmente pelo fato de haver a possibilidade de qualificação dos leitores e do povo brasileiro como um todo.

Outra medida importante foi o convencimento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social – pelo Ministério da Cultura, instituição financeira que terá linhas de crédito para editoras, livrarias e gráficas, comunicada no dia 13 de maio de 2005, durante a Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro: a produção de projetos de leitura importantes ao desenvolvimento do país, especialmente para ampliar a formação de leitores, facilitando a acesso a materiais de

leitura com custo menor. Tais linhas de crédito permitirão a distribuidores e livreiros a ampliação de espaços de armazenamento do livro e de outros materiais de leitura, além da criação de espaços amplos, confortáveis para o acesso dos leitores a esses materiais. É o BNDES-prolivro em ação.

A criação e a composição da Câmara Setorial do Livro

Entre as propostas do Plano Nacional do Livro e Leitura encontra-se a intenção de criar a Câmara Setorial do Livro e da Leitura. De uma forma muito democrática, a coordenação do plano tem feito consultas à sociedade civil, aos representantes dos diferentes segmentos que compõem a cadeia produtiva do livro, a associações de editores e de livreiros, a sindicatos de diferentes naturezas implicados nessa cadeia, a escritores e instituições que os congregam para encontrar a formação ideal, contemplando integrantes oriundos de segmentos da sociedade realmente interessados no livro para fazer parte dessa composição do Conselho. Feito isso, o Conselho deverá ser instalado com vistas a transformar todas essas ações em prol do livro numa política, decidida pelo governo, controlada de modo a surtir os efeitos desejados, considerando que estarão sendo utilizados apoios financeiros vindo do Fundo Nacional do Livro e da Leitura, com participação do segmento da indústria editorial e gráfica e de verbas orçamentárias entre outras.

O que se tem visualizado é um gran-

de número de pessoas e de instituições interessadas em fazer parte desse Conselho. Essa posição implica poder de decisão nos rumos das questões do livro no país. Nenhum outro motivo é tão estimulador como esse. Pergunto: tantos interessados já realizaram trabalhos efetivos junto à sociedade, abordando questões de leitura, constatando a realidade do interior brasileiro de norte a sul, demonstrando experiência, domínio teórico, conhecimento de pesquisas sobre o desempenho do leitor, seja ele aluno, professor ou mesmo bibliotecário para poder sugerir ações que modifiquem esse quadro? Estão essas pessoas interessadas apenas em conseguir oportunidades mais econômicas para participar de feiras do livro, como a de Bologna, de Frankfurt, ou do Salão do Livro de Paris? Por que não demonstraram interesse em participar da Feira do Livro de Havana, Cuba, em fevereiro deste ano, quando o Brasil foi o país homenageado? Por que está se gastando tanta verba pública durante 2005 com as ações do Brasil na França quando este montante financeiro poderia ser muito mais útil na compra de materiais de leitura e na implementação de cursos para formação de mediadores de leitura? A maior parte da verba foi gasta com passagens para escritores irem a Paris ou com passagens para músicos, bandas, conjuntos participarem de eventos que viabilizam a construção ou mesmo a consolidação de carreiras artísticas internacionais? Não deixamos de lado o fato de que é necessário formar leitores que sejam conhecedores da música popular brasileira, mas isso deve acontecer com me-

nos gastos e em território brasileiro...

Quando as pessoas que estão atuando em ações de leitura passam a se entusiasmar com o Plano Nacional do Livro e Leitura, formatado séria e democraticamente por Galeno Amorim, constata-se esse desvio de foco pelo Ministério da Cultura na utilização de recursos públicos. Passa-se a duvidar da pretensa idoneidade que uma Câmara Setorial do Livro e da Leitura possa ter e da composição que o mesmo possa assumir considerando as necessidades do país em primeiro plano, não interesses de outra natureza, especialmente pecuniários... entre tantos outros.

A palavra de ordem é Vivaleitura

O esforço de Galeno Amorim, seu perfil articulador, sua paciência bíblica, seu sussurrar em ouvidos, agora, mais sensíveis, têm vencido etapas importantes para a transformação das questões de leitura numa política pública e de governo. Ainda é preciso muito empenho. O compromisso dos empresários da cadeia produtiva do livro em manter o fundo que dará condições à implementação do plano precisa ser mantido ao lado do empenho que têm em garantir a estabilização de seus negócios e de ampliar os seus lucros. O volume mensal de recursos do fundo deve ser estável, permanente, em dia previamente determinado, a fim de se efetivar a tão almejada política de leitura em todo o país.

O próximo passo a ser dado consiste na formação de agentes de leitura – professores, bibliotecários, responsáveis por

centros culturais, centros multimídiais de leitura – o que permitirá transformar o envolvimento com materiais de leitura numa necessidade das crianças, dos jovens, dos adultos, dos idosos. Esse processo de formação deve ser contínuo e modular, a fim de que possa oferecer diferentes níveis de aperfeiçoamento para os profissionais e o seu retorno a determinado módulo quando desejarem.

O Plano Nacional do Livro e Leitura deve objetivar a formação de leitores ecléticos, críticos, autônomos, com a capacidade de continuar a selecionar seus próprios materiais de leitura, sendo cada vez mais exigentes com a qualidade dos textos com os quais desejarão se envolver. Essa conquista provocará transformações inimagináveis e imensuráveis no presente momento.

Com o esforço de parcerias inteligentes, com o desenvolvimento de ações inteligentes a expressão de ordem será Viva a Leitura!

Abstract

A lot has been said, in Brazil, about the need of treating reading issues as public and government's policies. The construction of the National Plan on Books and Reading (Plano Nacional do Livro e Leitura), under the coordination of Galeno Amorim, who was assigned for that mission by the Culture Ministry, in 2004, was a highly democratic process that has to be implemented as a government's project. Different steps have to be carried out through that implementation based on four main lines: 1) Democratization of access; 2) Fostering of reading and formation; 3) Valuing of books and reading; 4) Support to creation and production. The scope of each one of those lines shows the amplitude of the work to be done and the intensity of the government's political will to carry that out. *Vivaleitura 2005 – Iberian-American year for Reading* – is an invitation to reflection and to the development of more definite actions towards the concretion of this great effort in favor of reading in Brazil.

Key-words: Reading; *Vivaleitura*; Brazil "reader"; Reading in Brazil

Referências

ANIME HIEI BRASIL HOME PAGE 2000. Disponível em <http://www.animehieiei.com.br>

CÂMARA Brasileira do Livro. Disponível em www.cbl.org.com.Br

DIGIMON 2001. Disponível em <http://www.uol.com.br/abriljovem/digemon/>

DIONÍSIO, Maria de Lourdes da Trindade. *A construção escolar de comunidades de leitores*. Coimbra: Almedina, 2000.

Folder – Leitura: força do Hábito, organizado pela Comissão organizadora do plano nacional do Livro e Leitura, designada pelo Ministério da Cultura.

MAFRA, Núbio Delanne Ferraz. *Leituras à revelia da escola*. Londrina: Eduel, 2003.

Idem.

MARIA, Cleusa. Cabeças premiadas – com o aumento do número e do valor dos prêmios literários no país, a vida real começa a sorrir para a ficção. *Jornal do Brasil*; Caderno B, dia 29/maio/2005.

SMITH, Frank. *Leitura significativa*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Normas de publicação

Os artigos deverão ser inéditos. O autor deve anexar ao seu texto uma breve nota biográfica indicando o seu nome completo, local em que leciona e/ou pesquisa, sua área de atuação e principais publicações. Deve ser enviada uma cópia impressa e outra em disquete. Os artigos podem, igualmente, ser enviados por correio eletrônico. Os trabalhos encaminhados serão submetidos à aprovação dos membros do Conselho Editorial e/ou do Conselho Consultivo. Os conceitos emitidos nos artigos serão de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião dos referidos Conselhos. A revista não se compromete em devolver os originais recebidos. Cada artigo publicado dará direito a dois exemplares da revista para o autor (no caso de haver dois ou mais autores, cada um receberá apenas um exemplar).

Apresentação do artigo

- Editor de texto: Win Word
- Letra: Times New Roman
- Fonte: 12
- Espaço: 1,5
- Formato da página: A4
- Número de páginas: até 20
- Notas: deverão constar no rodapé
- Referências bibliográficas: deverão constituir uma lista única no final do artigo, em ordem alfabética, segundo as normas da ABNT
- Resumo e palavras-chave: deverão figurar no início do artigo, logo após o título, com a correspondente tradução para o inglês (abstract e key words)
- Palavras estrangeiras e títulos de obras: deverão vir em itálico

Endereço para envio de artigos e correspondências

Universidade de Passo Fundo
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)
Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL)
Prédio B3 – Sala 106 – Campus I
Bairro São José – BR 285 – Km 171
Caixa Postal 611 – CEP 99001-970 – Passo Fundo – RS
Fax: (54) 316-8125
E-mail: mestradoletras@upf.br